

A (DES)POSITIVIZAÇÃO DO PENSAMENTO NO ENCONTRO EDUCATIVO DO PEQUENO AGRICULTOR E DO EXTENSIONISTA RURAL: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS¹

Ari Paulo Jantsch²

O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. (HOBSBAWM, 1995, p. 562).

Resumo

O presente trabalho reflete a (des)positivização do pensamento no encontro educativo do pequeno agricultor e do extensionista rural. Para tanto, o autor realiza a crítica da positivização do pensamento que apreende e reflete a relação trabalho-educação nos mundos de vivência do pequeno agricultor e do extensionista rural e explicita a possibilidade de uma racionalidade educativa despositivizada na intersecção dos dois mundos de vivência. Nesse sentido, o conceito qualidade biológica superior, apreendido pela (agro)ecologia, constitui a ruptura paradigmática necessária à relação trabalho-educação despositivizada. A intersecção dos mundos de vivência é compreendida como um espaço-tempo privilegiado para a formação ampliada dos

¹ Uma versão diferente do presente texto (sob o título *Prática solidária e qualidade biológica superior nos mundos vivenciais em movimento dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais*), foi apresentada na 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd, evento realizado em Poços de Caldas, MG, no período de 05 a 08 de outubro de 2003. Versões diferentes também foram publicadas em duas revistas da área da educação. Uma versão também diferente e em caráter de resumo expandido foi aceita para apresentação oral no I Congresso Brasileiro de Agroecologia, a ser realizado em Porto Alegre, RS, no período de 18 a 21 de novembro de 2003.

² Professor do Departamento de Estudos Especializados em Educação – EED do Centro de Ciências da Educação – CED da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis, SC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do CED/UFSC. Pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre, RS. E-mail: apjantsch@terra.com.br (ou aripj@terra.com.br). Telefone: (0xx48) 234.7430.

sujeitos comprometidos com a agroecologia, embora marcada pela tensão devida às diferenças entre os sujeitos.

Palavras-chave: (des)positivização, qualidade biológica superior, complexidade, comunicação.

Abstract

THE DISPOSITIVATION IN THE EDUCATIONAL PROCESS BETWEEN THE FAMILY FARMER AND THE RURAL EXTENSIONIST: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL ELEMENTS - This article shows the (dis)positiveness of the thought on the educational junction between the small farmer and the rural extensionist. For that reason, the author mainly finds the critics about the positivation of the thought which apprehends and reflects on the relation between work-education in the worlds where the small farmer and the rural extensionist live, expressing the possibility of an educational rationality (dis)positivated on the intersection of the two worlds of the living. In this sense, the concept of biological superior quality, apprehended by the (agro)ecology, is a paradigmatic fracture essential to the dispositivated relation work-education. The world's intersection of living is understood as a privileged space for the enlarged construction of the subjects committed to agroecology, in spite of being marked by the tension due to the differences among the subjects.

Keywords: (dis)positiveness, superior biological quality, complexity, communication.

INTRODUÇÃO

O atual contexto brasileiro permite que reflitamos, sem maior necessidade de levantamentos empíricos, que tanto o mundo de vivência particular do extensionista rural quanto o mundo de vivência particular do pequeno agricultor são marcados, em grande parte, pela positivização³ do pensamento que apreende e reflete a relação homem-natureza mediante o trabalho, o que constitui problema para a afirmação da (agro)ecologia no espaço-tempo da vivência dos sujeitos em questão. Buscando contribuir para a superação da referida positivização, bem como da conseqüente dificuldade de afirmação da (agro)ecologia no encontro educativo dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais, realizamos, no presente trabalho, a reflexão em torno de alguns elementos teórico-metodológicos, a nosso ver, nucleares. Entre várias categorias nessa reflexão, destacamos os princípios epistemológicos da qualidade biológica superior⁴ e da

³ Ver item 2 e a nota 8 do presente trabalho.

⁴ Este conceito/princípio epistemológico será tratado no item 4 do presente trabalho.

complexidade⁵ e o princípio pedagógico da comunicação⁶.

Embora nosso trabalho pressuponha dois mundos de vivência, a noção implicada não supõe (a redução a) dois mundos externos entre si, mas reconhece dois mundos coexistentes, tendo tanto comunalidade quanto diferença. Trata-se de uma necessidade teórico-metodológica (tanto no sentido epistêmico quanto político), eis que, a nosso ver, a noção de mundos⁷ de vivência desautoriza qualquer pretensão de verdade única, de paradigma totalitário e de racionalidade fechada. Além disso, em se tratando de dois mundos que guardam entre si uma zona de vivência comum sem abdicar das diferenças (convivência marcada pela alteridade), a comunicação passa a ser um elemento referente

⁵ Sobre complexidade valemo-nos, especialmente, da teorização de Edgar Morin (obras de 1981 e 2000 – estas várias vezes referidas no decorrer do texto). Trata-se de uma epistemologia política preñe de razão aberta e adequada para a reflexão do nosso objeto-problema. Contudo, para uma visão mais específica da complexidade (articulada à noção de interdisciplinaridade) na questão ambiental, sugerimos a obra *Epistemologia ambiental*, de Enrique Leff, publicada pela Editora Cortez (SÃO PAULO, 2001). O segundo capítulo dessa obra trata da articulação das diferentes ciências no campo ambiental, em que emergem problemas tidos complexos e interdisciplinares. O quarto capítulo centra a interdisciplinaridade e o quinto a complexidade, onde Leff explicita vários elementos teórico-metodológicos para uma melhor compreensão da complexidade ambiental. Para uma leitura que centra mais propriamente o conceito interdisciplinaridade, sugerimos outra obra do mesmo autor, qual seja *Ecologia, Capital e Cultura. Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável*, publicada pela Editora da Furb (BLUMENAU, 2000). Leff trabalha, nesse livro, a temática ambiental numa perspectiva interdisciplinar como poucos autores o fazem. Leff também trata dos conceitos complexidade e interdisciplinaridade na obra *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*, publicada pela Editora Vozes (PETRÓPOLIS, 2002 – 2. edição). Segundo o próprio autor, “Os capítulos do livro formam um caleidoscópio no qual o conceito de ambiente adquire novas luzes e matizes, onde os reflexos de cada tema sobre os outros vão delineando novas vertentes e abrindo novos campos de aplicação. O saber ambiental, crítico e complexo, vai se construindo num diálogo de saberes e num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos; vai constituindo um campo epistêmico que problematiza os paradigmas estabelecidos para construir uma nova racionalidade social” (p. 13). Os conceitos de razão/racionalidade e de interdisciplinaridade são marcantes na obra, que finaliza com o capítulo (23) qualidade de vida e racionalidade ambiental.

⁶ Quanto ao cenário rural, são referentes imprescindíveis as obras de Freire (1979), de Díaz Bordenave e Carvalho (1979) e a coletânea organizada por Werthein e Díaz Bordenave (1981). A nosso ver, a obra de Freire - *Extensão ou comunicação?* - é um referente básico na problematização da racionalidade educativa no mundo do pequeno agricultor. A seguinte fala - sobre o agrônomo - é, nesse sentido, emblemática: “Mais do que um técnico frio e distante (ele é), um educador que se compromete e se insere, com os camponeses, na transformação, como sujeito com outros sujeitos” (p. 11) (grifos nossos).

⁷ Trata-se, no presente caso, de mais de dez anos de acompanhamento (estudo de natureza etnográfica) dos mundos de vivência dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais nos municípios de Santa Cruz do Sul e de Vera Cruz, RS, incluindo (também) a realização de entrevistas gravadas e de fotografias, a coleta de boletins e de publicações de jornais loco-regionais etc. Cabe informar que a pesquisa base do presente trabalho tem caráter qualitativo. Nesse sentido, ao invés de fazermos estatísticas e descrições de ordem empírica, interpretamos as falas e observamos as vivências, do que é exemplo emblemático a entrevista explicitada nos itens finais do presente texto.

para a totalidade dos sujeitos. Não se trata, aqui, de uma comunicação unidirecional, mas com a marca do diálogo (instituinte de um espaço-tempo onde os diferentes sujeitos possam qualificar o seu mundo de vivência específico e o mundo de vivência diferente). Isso fica especialmente patente quando tratamos da vida do pequeno agricultor no atual contexto - interseccionada com os intelectuais e técnicos - em que os agentes econômicos (agroindústrias, bancos, etc) e as instituições voltadas ao conhecimento pensam a agricultura, entre outros, principalmente em termos de pacotes científico-tecnológicos. Tais pacotes são expressão emblemática da positividade experimentada na interseção dos mundos vivenciais mencionados.

Isto posto, trata-se, no nosso caso, de pensar uma relação trabalho-educação e uma interseção dos mundos vivenciais no sentido da afirmação da razão aberta (despositivizada). Nesse sentido, pretendemos, nos itens a seguir e considerando a natureza de um artigo acadêmico, pensar alguns elementos teórico-metodológicos capazes de contribuir para a instituição de uma racionalidade educativa despositivizada no espaço-tempo em questão. Para tal, valemo-nos também da explicitação de uma vivência institucional apreendida/narrada por um dos seus atores sociais.

2 REFLETINDO A RACIONALIDADE EDUCATIVA (DES)POSITIVIZADA⁸ NO MUNDO DO TRABALHO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E EXTENSIONISTAS RURAIS E A POSSÍVEL RAZÃO ABERTA

Cogitamos que face a atual materialidade histórica, com os múltiplos avanços científico-tecnológicos, o redimensionamento do tempo e do espaço, a reconfiguração dos territórios e dos cenários, a busca de produção interdisciplinar do conhecimento, a atuação interinstitucional nos múltiplos espaços sociais e naturais, a complexidade se

⁸ Face à contradição nos mundos vivenciais em questão, bem como na interseção entre tais mundos, impõe-se o conceito des-positivização. Se por um lado os pacotes científico-tecnológicos e os projetos educativos correlatos facilmente significam unilateralidade, incompletude interdisciplinar e simplificação – o que caracteriza a positivização – por outro, há resistências múltiplas e busca de construção de uma práxis alternativa ao mutilamento implicado nessa razão (positivista/positivizada). Em termos de uma explicitação conceitual mais enfática quanto à positivização, assumimos a reflexão de Warde (1990) ao dizer que “Faço coro com aqueles que entendem que duas tarefas indissociáveis estão no horizonte imediato da Filosofia e que, do seu enfrentamento, dependem as possibilidades de sua sobrevivência: a crítica radical ao cientificismo positivista e o combate corrosivo aos irracionalismos que se anunciam superadores do mal-estar de uma civilização construída sobre a ciência e a técnica, para que ela possa chamá-las à Razão (p. 32). Na mesma direção (WARDE), acreditamos que a filosofia e a educação precisam, também, realizar a mesma crítica radical do tema educação do pequeno agricultor e da práxis educativa dos pesquisadores e/ou intelectuais e extensionistas rurais, sob pena de ele continuar sofrendo a positivização. A nosso ver, a crítica radical implica uma inversão na razão que apreende a realidade do

torna conceito fundamental, exemplarmente devido ao fato de que na interseção vivencial dos dois mundos de vivência em questão não há mais como ignorar o paradigma da (agro)ecologia, embora ainda estejamos um tanto perplexos com os fracassos das reuniões mundiais em torno da designada sustentabilidade⁹. Se a agenda mundial pró inteireza do meio ambiente tem extremas dificuldades de afirmação, o mesmo não acontece nas instâncias vivenciais do pequeno agricultor que já não pode mais produzir sem um diálogo prenhe de razão aberta (despositivizada) pelo menos com a mãe natureza (Gaia)¹⁰.

Isto posto, podemos afirmar que o problema em questão ganha relevância na medida em que vivemos um contexto marcado por grandes transformações no pensamento e na produção/aplicação de ciência-tecnologia e grande parte das atividades extensionistas¹¹ não tem a preocupação sistemática de construir ou subsidiar propostas pedagógicas que exerçam, a partir do conceito de complexidade, a ruptura paradigmática

pequeno agricultor e dos extensionistas rurais. Nesses termos, endossamos Jantsch (1997, p. 118), ao dizer que “A razão negativa opõe-se à razão positiva. Não no sentido de exclusão, mas de ‘Aufhebung’, traduzido da língua alemã como ‘superação’. A razão negativa propõe-se dialética, uma vez que adota o caminho da negação da negação [total abertura, bem como negação de mundos dados e/ou pontos de chegada da história]. Essa razão, ao contrário do que se pode imaginar, não é nihilista ou algo semelhante. Para ela a história e/ou a historicidade se põe como síntese construtiva (onde matéria ou conteúdo e forma estão em constante tensão superadora). A nosso ver, a ciência que se pretenda científica e a filosofia que se pretenda filosófica, não realizam [plenamente] a sua natureza sem a razão negativa. Popper, ao propor o conceito de ‘corroboração’; Kuhn, ao propor o ‘paradigma’ como ‘histórico 1’; Castoriadis, ao propor a ‘Criação Histórica’; Marx e os marxistas, ao proporem o ‘Homem Omnilateral’, entre muitos outros, buscam viver a razão negativa. Diante dela, enfim, a história continua e a educação ainda tem sentido” (grifos nos originais).

⁹ A “sustentabilidade” não tem um conceito unívoco em seu uso hoje generalizado e praticamente obrigatório nos debates relativos à relação Homem-Trabalho-Natureza. Grupos até mesmo antagônicos têm buscado impor a sua conceituação particular. Ressalta-se, no entanto, que o esforço das forças sociais vivas preservacionistas que buscam convencer a aldeia universal sobre a procedência de sua conceituação pauta-se na concepção de uma natureza “mãe gaia”, onde natureza e homem não se dissociam. A tal encaminhamento conceitual são conseqüentes as lutas que se opõem à “desnaturalização da natureza” e à “desumanização do homem”. A nosso ver, tal práxis é mais extensamente efetivável a partir do princípio epistemológico da complexidade – subsumindo a interdisciplinaridade. Ressalte-se, ainda, que esta conceituação, própria do paradigma (agro)ecológico, traz como exigência uma nova ética, que não fica nos limites da “negociação possível”, mas na intransigência da própria natureza diante das “respostas imediatas” aos supostos “inimigos” da própria natureza.

¹⁰ Enfatizamos a existência de uma Fundação com esse nome. Trata-se da Fundação Gaia (com sede rural em Rincão Gaia, município de Pantano Grande, RS), fundada por José Lutzenberger (falecido no presente ano). As atividades e o projeto político-pedagógico dessa fundação tiveram e têm grande ressonância nos mundos de vivência mencionados no presente trabalho. Maiores informações podem ser encontradas nos endereços sede@fgaia.org.br e net@gaia.org.br.

¹¹ A afirmação não pretende desqualificar as atividades de extensão em geral. Queremos, no entanto, marcar a nossa diferença filosófico-epistemológica, questionando a problemática positivização/simplificação do objeto em questão e apontando para uma quebra paradigmática (JANTSCH, 1997) e uma transparadigmatologia

– implicando um novo arcabouço teórico-metodológico e a conseqüente viabilização de novos projetos educativos - necessária à relação trabalho-educação despositivizada na atividade agrícola, no nosso caso especialmente aquela levada a termo pelos pequenos agricultores.

Considerando a idéia de futuro implicada na epígrafe do presente trabalho, a práxis dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais, no nosso caso, centrando a racionalidade educativa despositivizada (envolvendo basicamente o conhecimento e a natureza) precisa assumir uma racionalidade em aberto, de maneira tal que possa levar em conta as mais diversas contribuições da comunidade científica ampliada (pesquisadores/intelectuais, extensionistas/técnicos, comunicadores/educadores e aplicadores críticos do conhecimento - estes tendo como referência os pequenos agricultores que confrontam os conhecimentos recebidos) e das diferentes experiências dos pequenos agricultores que indiciam a ruptura da positividade. A racionalidade em aberto impõe-se na medida em que o problema (a positividade) por nós apreendido instiga também para além de um olhar interdisciplinar conforme a conceituação hegemônica (normalmente presente nos pacotes científico-tecnológicos da agroindústria capitalista), porquanto tal olhar não necessariamente afirma a quebra paradigmática implicada pelo conceito ECOLOGIA em sua total extensão. Tal racionalidade obriga, em outras palavras, a uma abertura de modo que as diferentes disciplinas e campos não apenas se ponham no nosso cenário de pesquisa e/ou extensão e/ou comunicação, mas se ponham criticamente e, portanto, sem qualquer pretensão de imperialismo epistemológico. Quando se trata da relação homem-natureza mediatizada pelo trabalho, especialmente no espaço-tempo do pequeno agricultor e sob a perspectiva ecológica, não há como avançarmos sem a contribuição já estabelecida pela teorização em torno da complexidade e sem o reconhecimento das experiências que permitem visualizar a ruptura mencionada.

Na área da educação, o termo complexidade – subsumindo a interdisciplinaridade¹² – tem, já, uso bastante recorrente. Por outro lado, a conceituação é tão diferenciada que

(MORIN, 1981) que insira o tempo/movimento nas mediações construtoras do real (PESSANHA, 1993; WARDE, 1993 E JANTSCH, 1997) e endossando as iniciativas que centram o paradigma (agro)ecológico. Notoriamente o conteúdo extensionista das grandes agroindústrias (a exemplo das fumageiras situadas no Vale do Rio Pardo, RS) é positivizado e a comunicação por elas realizada tenta, sistematicamente, fazer com que o pequeno agricultor (integrado ou similar) simplesmente adira aos seus pacotes científico-tecnológicos, estes não raras vezes assumindo uma aura salvacionista.

¹² Diferentemente da concepção hegemônica, que vê a interdisciplinaridade como a possibilidade da volta à (sonhada) unidade (metafísica) do conhecimento, com a conseqüente expulsão da categoria da contradição no cenário da produção/socialização do mesmo, assumimos a conceituação de Etges (1993, p. 18), expressa da seguinte forma: “A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador de comunicação entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade” (grifos nossos).

a possibilidade de diálogo efetivo entre as diferenças na práxis dos diferentes sujeitos (pequenos agricultores e extensionistas rurais) e mesmo nos mundos vivenciais mais alargados fica, muitas vezes, comprometida. Não raras vezes complexidade – incluindo a interdisciplinaridade – figura(m) sem a devida explicitação conceitual e, contrariamente ao desejado por muitos sujeitos envolvidos, acaba(m) não significando ruptura da cultura positivizada. É o caso, por exemplo, dos pacotes científico-tecnológicos voltados à produção agrícola em geral, especialmente quando são pacotes¹³ elaborados por agroindústrias capitalistas e/ou por extensionistas comprometidos com os fundamentos do ideário da “revolução verde”. Há de se levar em conta, pois, a paradigmática de tais projetos, bem como da práxis educativa correspondente.

A dificuldade da despositivização no encontro educativo dos extensionistas rurais e dos pequenos agricultores não passa somente pela busca de superação do paradigma simplificador¹⁴ do determinismo-imediatismo-insumos próprio da agricultura dita moderna. A nosso ver, nossa cultura acadêmica e nossa práxis educativa em geral estão marcadas, ainda, pela dificuldade de articular todas as diferenças que possam contribuir para a superação de um mesmo problema. Nesse sentido, evocamos, aqui, a noção de estranhamento¹⁵ como possibilidade de trabalho que possa viabilizar um

¹³ Segundo Jantsch (1997, p. 64), um pacote tecnológico, nos termos específicos apontados, “articula diversas disciplinas, pondo-se a partir de uma racionalidade interdisciplinar. Sua verdade supõe uma totalidade. Nesse sentido, o seu alcance é ampliado. O problema que vemos para o pequeno agricultor [exemplarmente da região em torno de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, RS, *locus* privilegiado da observação de campo] é que os pacotes tecnológicos são estabelecidos autoritariamente pelas agroindústrias privadas e/ou agentes financeiros (...) e normalmente sem preocupação com o meio ambiente, nem com a saúde do pequeno agricultor. (...) as disciplinas relativas à ecologia e saúde, por exemplo, não são consideradas na construção de um pacote tecnológico. (...) Ademais, ao pequeno agricultor cabe o papel de adesão cega ou a exclusão sem esperneio. A adesão, contudo, não garante nenhuma participação decisória e educativa do pequeno agricultor, dificuldade esta levada ao paroxismo quando o pacote já é, hoje, por definição, uma iniciativa interdisciplinar, porém sob o paradigma da determinação, associado, mormente, ao paradigma dos insumos e/ou modernização. Um pacote tecnológico, articulando ciência e tecnologia em sua última geração, quando posto por uma agroindústria privada, dificilmente articula o educativo junto ao pequeno agricultor. Pelo menos não na nossa visão (...), que se diferencia substancialmente da visão (...) que aceita o mero acompanhamento de certo modo fiscalizador/treinamento apressado dos pequenos agricultores (através da ação dos ‘instrutores’), como ação educativa.”

¹⁴ Segundo Morin (1981, p. 31), “o paradigma da simplificação não permite pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade, (...) só permite ver unidades abstractas ou diversidades abstractas” (grifo nosso).

¹⁵ O estranhamento é assim caracterizado por Etges: “O cientista põe seu sistema de proposições em um contexto que lhe é estranho. O contexto estranho pode ser o mundo ambiente do senso comum, ou o de outro campo científico para o qual ele verte a sua teoria. Imediatamente verá o absurdo de certas proposições. Pela variação de contextos, porém, o cientista vai descobrindo certas estruturas de seu sistema de proposições que antes lhe ficavam inteiramente despercebidas” (1993, p. 18). A nosso ver, sistema de proposições que antes lhe ficavam inteiramente despercebidas” (1993, p. 18). A nosso ver, considerando a razão aberta, o estranhamento - assim caracterizado - se impõe sempre que numa relação

projeto de caráter ecológico comungado por extensionistas e por pequenos agricultores, embora impliquem mundos vivenciais distintos.

Podemos dizer que o estranhamento é excepcionalmente adequado para um trabalho de extensão junto aos pequenos agricultores. Ele permite, entre outros, a um agrônomo, a um biólogo, a um veterinário ao fazer-se presente entre os pequenos agricultores, perceber a possível presença do paradigma da determinação em seus construtos, o absurdo de muitas proposições complicadas (não complexas), a incompletude de seu sistema de proposições teórico-metodológicas etc. Nesse sentido, a afirmação seguinte de Etges é emblemática quanto à unilateralidade das construções científicas enclausuradas em si mesmas: “Fora de seu próprio contexto, ele [o cientista: pesquisador, extensionista etc] começa a ser capaz de colocar novas questões, que jamais lhe viriam à cabeça e agora lhe passam a sacudir o seu pequeno mundo. Os pressupostos de sua teoria, de seu campo são rapidamente postos a nu.” (1993, p. 18).

No caso de um agrônomo, por exemplo, que, em função dos constantes avanços das ciências biológicas e ante a afirmação progressiva, mas inexorável, do paradigma da (agro)ecologia – trata-se da sustentabilidade do planeta Terra e das atividades tidas agrícolas em qualquer região e no globo terrestre –, precisa continuar a sua formação durante toda a carreira e confrontar-se também durante toda a sua carreira com o mundo vivencial específico dos agricultores, o estranhamento constitui material formativo exemplar. O estranhamento, assim, permite uma constante comunicação entre mundos vivenciais distintos – mesmo havendo uma zona comum que designamos intersecção – e permite uma avaliação mais crítica de cada mundo vivencial. O agrônomo, na qualidade de extensionista, leva os seus conhecimentos acadêmicos ao pequeno agricultor e encontra nele a diferença necessária para poder, enfim, realizar a crítica das suas próprias certezas e/ou convicções acadêmicas, normalmente idealizadas em um pacote “perfeito” de conhecimentos científico-tecnológicos de caráter (pelo menos pressupostamente) interdisciplinar e assumindo, também pressupostamente, a complexidade. Por outro lado, o pequeno agricultor, baseado na tradição e/ou no receituário pragmático e impositivo dos extensionistas agroindustriais capitalistas, consegue visualizar melhor os seus equívocos e acertos na práxis produtiva agrícola e, inclusive, desmascarar a “perfeição”, tanto da tradição quanto dos pacotes científico-tecnológicos recebidos pelos pesquisadores-extensionistas, exemplarmente dos agrônomos das mais variadas instituições voltadas ao mundo rural. O problema, no entanto, está no fato cultural de se buscar,

estiverem implicados dois ou mais mundos vivenciais parcial ou totalmente diferentes. Nesses termos, Leff assim se expressa sobre o particular estranhamento entre duas disciplinas: “O questionamento inquisidor sobre uma ciência a partir do olhar externo e estranho de outra disciplina, a partir dos efeitos que suas aplicações produzem em seus campos experimentais e na transformação da realidade, pode levantar novamente alguns problemas teóricos e gerar um processo de assimilação de novos conceitos e metodologias de pesquisa” (2002, p. 185-6).

reiteradamente, uma unidade indivisa, uma totalidade não contraditória; uma relação trabalho-educação sem a crítica radical instituinte da despositivização etc. O estranhamento e a complexidade do real significam, então, instâncias – ainda – muitas vezes “perigosas” na intersecção entre os dois mundos de vivências mencionados.

Podemos, assim, reconhecer que a racionalidade educativa despositivizada do pequeno agricultor e do extensionista rural faz parte de um contexto que evidencia a dificuldade de pensar a partir de uma razão aberta e de nos contrapor ao conceito excludente de complexidade em voga no senso comum. De imediato situamos, então, um problema básico, eis que partindo-se da conceituação mutilante sobre complexidade – enquanto complicação – e aplicando-a à ciência, exclui-se de antemão a possibilidade de os pequenos agricultores participarem dos processos que a ciência implica. Nesses termos, qualquer pacote científico-tecnológico sob o paradigma ou imaginário determinista-imediatista-insumos estaria de pronto legitimado. Em outros termos, o pequeno agricultor se constituiria apenas em um cliente¹⁶ dos extensionistas (em grande parte agrônomos que não superaram o paradigma do determinismo-imediatismo-insumos e que ocupando cargos em instituições comerciais, associativistas e extensionistas, limitam-se a dar receitas para aplicação de insumos aos pequenos agricultores) que representam as instituições produtoras e comercializadoras de insumos. Em outras palavras, o pequeno agricultor não teria saída a menos de permanecer refém da razão positivizada e homogeneizadora (isto é, contrariamente ao “princípio da diversidade e da criatividade”) – hoje sob tutela das grandes indústrias de insumos para a agricultura e promotoras do *agribusiness* privado e monopolizador do mercado, seja em um espaço loco-regional, seja no cenário mundial, de modo a dissolver sem mais nem menos qualquer ato criador que signifique, especialmente, espaço-tempo loco-regional e diversidade sob a perspectiva da ecologia e da autonomia enquanto superação de qualquer dependência ou submissão.

Contrariamente à lógica homegeneizadora mencionada, a (agro)ecologia obriga-se a assumir uma paradigmologia aberta, possibilitando, entre outros, a articulação da teoria e da prática pelo pequeno agricultor. Desaparece, assim, o conceito de complexidade enquanto complicação e afirma-se, por outro lado, o conceito da dificuldade de

¹⁶ Observamos que o termo expressa a concepção da “filosofia” da “qualidade total”, programa de relação empresa-freguês que “eleva” o último à condição de consumidor “satisfeito” e o primeiro à condição de provedor abnegado dos inegáveis desejos do consumidor. No caso do receituário agrônomo aqui referido, o pequeno agricultor, em tese, teria que sair satisfeito – para além do atendimento mascaradamente isento de interesse próprio do paradigma institucional agro-industrial – diante das “respostas imediatas” dos insumos milagrosos adquiridos para combater os “inimigos naturais” presentes na produção agrícola. Quanto mais completo fosse um pacote científico-tecnológico, mais estaria a empresa satisfazendo as necessidades/desejos dos pequenos agricultores. No caso da extensão rural, o extensionista estaria munido das ferramentas que de pronto lograssem a adesão dos pequenos agricultores.

pensar, que é relativa a todos os homens, isto é, também aos cientistas e técnicos, aos pesquisadores e extensionistas, aos agentes formadores e políticos, aos intelectuais. Inclusive reconhece-se a dificuldade de comunicação, tanto das idéias quanto da estrutura de pensamento e dos complexos vivenciais. Abre-se, enfim, o pensamento para novas possibilidades, construídas descentrada e coletivamente, e sob a marca da razão aberta. Seria, pois, o estranhamento o conceito nuclear tanto da produção do conhecimento, quanto da comunicação (subsumindo a extensão) entre os diferentes sujeitos (pequenos agricultores, comunicadores etc).

Vejamos, a seguir, a explicitação de uma experiência corroboradora tanto do estranhamento quanto da razão aberta.

3 EXPLICITANDO UMA ATUAÇÃO EXTENSIONISTA COMPROMETIDA COM A DESPOSITIVIZAÇÃO NO ENCONTRO EDUCATIVO COM PEQUENOS AGRICULTORES E DOS EXTENSIONISTAS RURAIS

A despositivização no encontro educativo entre pequenos agricultores e extensionistas rurais ou a realização da razão aberta na intersecção dos mundos vivenciais implicados já é, em muitas experiências, algo efetivo. Não é o caso, aqui, de explicitarmos várias experiências. No entanto, vale registrar a razão aberta em efetivação no contraditório contexto brasileiro. Nesse sentido, reproduzimos um trecho do nosso diálogo (1998) com um dos entrevistados¹⁷, o agrônomo Boemeke, ex-extensionista do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA¹⁸ e atual extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Enfatizamos que todo o conteúdo da entrevista foi corroborado em entrevista¹⁹ recente com o referido agrônomo, realizada em Santa Cruz do Sul, RS, no ano de 2002. Assim, o diálogo/narrativa em questão ganha também o endosso da ausência/distanciamento de certo modo estranhador, eis que a atuação posterior do entrevistado em outra instituição extensionista permite um olhar menos suspeito, ou melhor, um olhar respeitoso com maior suspeita crítica. A escolha do CAPA deve-se ao fato dessa instituição ter uma história comprometida com os pequenos agricultores e por assumir os construtos epistêmicos e políticos da

¹⁷ Os excertos do diálogo foram extraídos de uma entrevista gravada no Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA. Santa Cruz do Sul, RS, 24 de abril de 1998. Entrevistado: *Engenheiro Agrônomo Luis Rogério Boemeke*. Enfatizamos que o conteúdo do diálogo realizado com Boemecke foi corroborado também em entrevista realizada com o atual coordenador do CAPA, Eng. *Agrônomo Sighard Hermany*, em Santa Cruz do Sul, RS, em 05/08/2002.

¹⁸ Organização Não Governamental – ONG, com sede em Santa Cruz do Sul, RS.

¹⁹ Entrevista gravada na casa do Eng. Agrônomo Luis Rogério Boemeke (extensionista da EMATER/RS). Santa Cruz do Sul, RS, 21 de julho de 2002.

(agro)ecologia. Ante as costumeiras “dúvidas” daqueles que também costumemente acusam os trabalhadores intelectuais que buscam a radicalidade da reflexão filosófica comprometidos com um mundo melhor para todos como sendo homens de discursos e de teorização abstratos, eis uma vivência pensada/realizada e que indicia de forma densa a despositivização. Vejamos!

Ent.: “Qual é o conceito que o CAPA explicita sobre natureza, homem, relação homem-natureza? Que paradigma defende, que princípios básicos norteiam a atuação do CAPA, não só como assessoria técnica, mas como basicamente educativa, etc?”

Boemeke: “Bom (...) tu pediste, em poucas palavras, quase que um tratado ...”.

Ent.: “Em todo o caso, o CAPA tem ostentado, pelo que sei, um paradigma alternativo - a agroecologia - que é um paradigma alternativo em relação a toda a produção teórica e à assessoria técnica clássica na agricultura. Estou certo?”

Boemeke: “Correto! E diria que não só na parte da produção agrícola, como também na questão da alimentação e da saúde, [onde] trabalhamos a questão preventiva (...) Como o CAPA tem um público referencial de famílias de pequenos agricultores, de economia familiar, trabalhamos, sempre que possível (...) não só com os agricultores homens, mas também com as mulheres e os jovens. E não só a questão da produção, basicamente, mas tudo o que está em torno dessas famílias: suas características, sua cultura e as possibilidades de se conseguir avanços na organização desse produtor”.

Ent.: “Você se preocupa, em palavras gerais, com a existência total de um pequeno agricultor, de uma família de pequeno agricultor e de quem vive e trabalha no meio agrícola com pequenas propriedades”.

Boemeke: “Perfeito! Tanto é que a gente quer firmar, como uma marca que o meio rural é um espaço de vida e um espaço de vida rico ...”.

O discurso do entrevistado revela a presença do denominado paradigma alternativo que, enquanto alternativo ao paradigma positivizado e positivizante do imediatismo-determinismo-insumos, apreende o real em construção a partir do princípio epistemológico da complexidade: “pediste, em poucas palavras, quase que um tratado” - reconhecendo a dificuldade inerente a qualquer explicação, bem como a dificuldade de comunicação do paradigma, mesmo alternativo; “não só na parte da produção agrícola” - a existência do pequeno agricultor é um complexo de mediações/relações, não podendo ser reduzida a qualquer ação isolada; “não só com os ... homens... - o conceito pequeno agricultor tem seu conteúdo estendido, assumindo, dentre outros, a diversidade na unidade e a unidade na diversidade: o pequeno agricultor (unidade) é a relação dinâmica constituída por homens, mulheres e crianças (diversidade/particularidade); “tudo o que está em torno dessas famílias” - trata-se de um complexo de articulações”; “um espaço de vida rico” - nenhuma tentativa de positivização esgota o potencial criador. O discurso nega, em tese, quaisquer centramento, simplificação, redução, disjunção, autonomização, naturalização etc. Nesse sentido, constatamos, na proposta do alternativo, uma

paradigmatização que quebra a tendência de positividade própria dos paradigmas “normais”. A paradigmatização, ao invés de tutelar o pensamento de modo a comprometer-lhe a racionalidade aberta (PESSANHA, 1993), permite a “transparadigmatização” (MORIN, 1981). O discurso do CAPA, ontem na pessoa de Boemeke e ontem e hoje nas pessoas de outros extensionistas, nos dá esperanças de afirmação do paradigma desparadigmatizado (com uma racionalidade em aberto) da (agro)ecologia na atual tensão paradigmática no mundo do trabalho dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais.

Consideramos que a atuação de pesquisa e de extensão das instituições e de seus agentes pesquisadores-extensionistas/educadores é marcada, no atual contexto, pela tensão paradigmática que se põe, preponderantemente, na disputa entre o paradigma do imediatismo-determinismo-insumos e o paradigma (agro)ecológico. A tensão vivida nesse cenário social caracteriza a contradição presente nas atividades, tanto de produção quanto de socialização do conhecimento. Quando a tensão não imobiliza a pesquisa e a extensão, há de se considerar, também, o poder de comunicação dos agentes sob os paradigmas mencionados com os pequenos agricultores, bem como a adesão e/ou participação destes aos projetos paradigmatizados. Isso se torna relevante na medida em que parte dos pequenos agricultores ainda tem informações – ou mesmo domínio de práticas – da fase anterior à revolução verde (esta caracterizada como “modernizante” e, portanto, sob o paradigma do imediatismo-determinismo-insumos) na agricultura, e parte dos agricultores resiste, de algum modo, às orientações extensionistas sob o paradigma (agro)ecológico. Não raras vezes o extensionista comprometido com a (agro)ecologia vê-se no impasse de ter que aceitar a convivência forçada entre os paradigmas – não se trata, aqui, necessariamente, daquilo que Morin (1981) considera “transparadigmatologia” – para que se possa estabelecer um processo pedagógico de convencimento (não de imposição, nem de tutela) em direção ao paradigma (agro)ecológico (com a marca do princípio epistemológico da complexidade - subsumindo a interdisciplinaridade - e do princípio pedagógico da comunicação).

No contraditório espaço-tempo (inter)institucional é possível, no entanto, a realização de projetos pedagógicos que apresentam, a nosso ver, a marca da despositivização por nós evocada no presente trabalho. Assim, pelo depoimento do Eng. Agrônomo Boemeke, constatamos o endosso institucional consciente do CAPA ao paradigma (agro)ecológico, que implica, entre outros, a superação do individualismo em grande parte arraigado entre as famílias de pequenos agricultores, bem como em grande parte da práxis extensionista. Afirma Boemeke: “Nós trabalhamos em grupos. Isso para nós é uma marca. O CAPA quer trabalhar sempre em grupos de agricultores. E nós sabemos que têm problemas da porteira para dentro...”. Perguntado sobre o que define um grupo, o agrônomo em questão respondeu: “É um grupo de interesses [para] discutir aquilo que o CAPA tem como filosofia, como princípios de trabalho. Então esse interesse é

trabalhado. A gente faz contatos e tenta junto ao grupo ver das potencialidades, das curiosidades, da realidade objetiva dessas famílias e, a partir daí, começar a estabelecer uma relação de seqüência de trabalhos que, dependendo do grupo (...) ela é mais intensa ou menos intensa. O CAPA apela sempre para a questão da organização de grupos...”. Também o trabalho por parte dos extensionistas do CAPA é realizado em grupo. Quanto a isso, Boemeke assim se expressa: “Acreditamos que isso [a constituição de equipes] ajudaria na reflexão do trabalho: não mais um técnico isolado, mas equipes que pudessem contribuir na reflexão e nas orientações de todo o trabalho junto a agricultores”.

As instituições contatadas reconhecem a importância e mesmo a imperiosidade de uma atuação interinstitucional e grupal, preferencialmente de caráter interdisciplinar. Por isso o conceito Microbacia se constitui em “tema gerador” (FREIRE, 1980) para a discussão sobre a produção agropecuária e para a formulação de projetos e estabelecimento de políticas para o meio rural. Tal aceitação, acreditamos, é vital para a afirmação do paradigma (agro)ecológico, uma vez que a relação homem-natureza, por meio do trabalho, em espaços loco-regionais somente ganha a devida racionalidade (despositivizada) quando superar as fronteiras de posse de terra e de redoma disciplinar e/ou institucional. Trata-se, no caso, do reconhecimento do necessário diálogo de mulheres e de homens com a natureza e de mulheres-homens entre si, implicando uma transparadigmatologia que possa realizar também a comunicação sob um novo conceito no mundo do trabalho rural. A extensão rural, aqui, ganha sentido na medida em que se ponha como um amplo e qualificado processo de comunicação aberta entre saberes, disciplinas, sujeitos institucionais e pessoais de modo a realizar, através do trabalho, tanto o homem quanto a natureza.

Nesse sentido, cogitamos a importância de um olhar hermenêutico²⁰ no encontro educativo dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais na medida em que muitas teorizações e projetos construídos no âmbito acadêmico e dos movimentos sociais (sócio-ambientais) não chegaram a superar a positividade por nós criticada. Afora a ocorrência de simplificações teórico-metodológicas, constata-se um imaginário também marcado por um senso salvacionista por parte de sujeitos que se definem vanguarda ou portadores da verdade (ou da melhor verdade). Sendo a realidade constituída por mundos de vivência(s) sócio-ambientais diferentes, há de estabelecer a escuta dos diferentes como

²⁰ Para maior entendimento da hermenêutica na reflexão sobre o ambiental, sugerimos, além das obras de Enrique Leff, a leitura de *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*, de Isabel Cristina de Moura Carvalho (Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001). Baseada em narrativas biográficas de educadores/lideranças ambientais brasileiros, a autora discute o jogo de interpretações no qual se produzem os sentidos do ambiental. Uma evidente preocupação hermenêutica perpassa a obra, seja na parte que trata da discussão conceitual sobre o logos hermenêutico, seja na parte que evoca, na tensão e temporalidade do vivido, o “sujeito ecológico” em afirmação no ethos polifônico e polissêmico da educação ambiental.

condição primordial para as apreensões do real (uno-diverso) e as mediações educativas. Em síntese, não tributamos caráter positivo apenas ao positivismo (e suas derivações), mas também às demais concepções do conhecimento/pensamento quando essas não exercem a razão negativa (efetivamente dialética).

4 A CATEGORIA QUALIDADE BIOLÓGICA SUPERIOR ENQUANTO POSSIBILIDADE DE CRÍTICA RADICAL À POSITIVIZAÇÃO DA RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

Buscando estabelecer elementos teórico-metodológicos em caráter também afirmativo do encontro educativo despositivizado em questão e considerando especialmente a relação trabalho-educação no meio rural, torna-se fundamental destacar a categoria qualidade biológica superior. Trata-se de uma categoria (agro)ecológica epistêmica e politicamente fundamental na medida em que é capaz de confrontar radicalmente a noção e os critérios da “qualidade total” formal e aguerridamente buscada pelas grandes agroindústrias capitalistas, nacionais ou multinacionais. A qualidade biológica superior implica a superação do paradigma do imediatismo-determinismo-insumos (JANTSCH, 1997) e, portanto, da práxis positivizada na relação trabalho-educação no meio rural. A quebra paradigmática (no caso a despositivização) implica, por sua vez, a crítica aos defensores do mercado enquanto um ente “inteligente” que estabelece “sabidamente” a qualidade dos alimentos. O mercado sob a atual tutela capitalista/concepção neoliberal, assim, perde a centralidade na definição da qualidade dos alimentos e, conseqüentemente, dos processos de produção de alimentos. Os construtos da biologia comprometida tanto com a potencialização da natureza quanto com a potencialização da sociedade (humana) - na perspectiva do princípio epistemológico da complexidade (subsumindo a noção de interdisciplinaridade por nós defendida), por outro lado, estabelecem os critérios da qualidade. Em outras palavras, o paradigma (agro)ecológico assume, na expressão “qualidade biológica superior”, um conceito de natureza que rompe com o pragmatismo (utilitarista) presente nos pacotes científico-tecnológicos das grandes agroindústrias capitalistas e nas propagandas destinadas a estimular o consumo massivo - consumismo - de alimentos “cientificamente” elaborados. Nesse sentido, segundo Boemeke (1998), “produzir alimentos com qualidade é uma profissão de grande valor (...) que fica camuflada por outros valores que aí estão colocados, basicamente valores calcados no consumismo”. E continuando, quanto à natureza, Boemeke assim se expressa: “Estamos lidando com a natureza em seu espaço privilegiado. A qualidade de vida nesse meio [mundo dos pequenos agricultores] (...) poderá ganhar longe da qualidade de vida dos grandes centros urbanos. Isso posto, podemos afirmar que o espaço urbano, enquanto centro definidor e síntese de mulheres

e homens, fica redimensionado, haja vista que as conquistas civilizatórias se presentificam também no meio (pelo menos ainda) designado rural. Continua Boemeke: “Hoje, com o avanço das comunicações, nós podemos estar em qualquer Linha (...) qualquer comunidade do interior e estar ligados com o mundo. O meio rural já não é mais um lugar de atraso, (...)”. Podemos enfim, afirmar que no espaço (ainda) designado rural, quando nele objetivarmos as conquistas civilizatórias construtoras do novo homem - omnilateral e cosmopolita (JANTSCH, 1997) - associado a uma relação homem-natureza-trabalho sob a concepção ecológica, podemos realizar uma vida de qualidade superior. A lógica positivizada do progresso desenfreado e a qualquer custo, comprometedor do homem e da natureza, fica estilizada de modo tal que qualquer insistência na direção do paradigma do imediatismo-determinismo-insumos recebe a pecha de irracional. Sem maior necessidade de buscas empíricas - eis que as evidências são contundentes tanto nos espaços regionais quanto no espaço global - trata-se de uma irracionalidade capaz de levar o mundo à “explosão e implosão” (HOBSBAWM, 1995, p. 562).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante à especificidade aqui pensada, a (agro)ecologia torna-se conteúdo permanente e central na formação dos sujeitos pequeno agricultor e extensionista rural e, no que se refere à genericidade, constitui-se em fundamento vital para qualquer projeto de desenvolvimento, seja ele regional seja supra regional, tenha ele o centramento no espaço singularmente rural ou não.

Face ao explicitado no presente trabalho e considerando a intersecção do mundo de vivência específico do extensionista rural com o mundo específico da vivência do pequeno agricultor, a (agro)ecologia transparadigmatizada e, enquanto tal, comprometida com uma totalidade natural-social potencializada²¹ torna-se conteúdo privilegiado: a- para realizar a comunicação entre sujeitos diferentes entre si e destes com a natureza

²¹ Quanto a isso é oportuno explicitar algumas falas presentes nos documentos do CAPA (entre elas as entrevistas e depoimentos dos colaboradores) e que são expressão densa da teorização até aqui posta. Destacamos as seguintes expressões:

- “A agroecologia não funciona com pacotes ou receitas prontas. Ela é mais do que isso. É entender a complexidade da natureza” (O Recado da Terra, n. 21, p. 04);
- “O princípio básico da Agroecologia é o da biodiversidade (...) A natureza é complexa, com muitas formas de vida” (ibidem);
- “A idéia não é apenas adotar novas técnicas que respeitem a natureza. A idéia é adotar uma maneira de fazer agricultura que respeite também o ser humano. Por exemplo: a Agroecologia não quer simplesmente pesquisar e ensinar novas técnicas (...) os agricultores e agricultoras também são cientistas e pesquisadores e, junto com os técnicos, podem e devem desenvolver estratégias agroecológicas”. (idem, p. 06).
- “Não é difícil perceber que algo está errado em nosso mundo. A pobreza aumenta, a violência aumenta, a destruição aumenta (...) A proposta do CAPA é ajudar no fortalecimento dos agricultores familiares

em sua complexa expansividade; b- para realizar a racionalidade educativa despositivizada na relação trabalho-educação-rural e c- para instituir uma realidade natural-social sem os múltiplos mutilamentos próprios do paradigma do imediatismo-determinismo-insumos.

Ademais, podemos também incorporar, naquilo que denominamos encontro educativo entre os pequenos agricultores e os extensionistas rurais, incluindo a atuação de pesquisa e de extensão universitária, os seguintes elementos teórico-metodológicos: a- a contradição que expressa a positividade nos processos de construção do conhecimento e dos processos pedagógicos não impossibilita vivenciar uma racionalidade educativa despositivizada no espaço-tempo partilhado por pequenos agricultores e extensionistas rurais (é exemplo contundente disso a relação vivencial CAPA-pequenos agricultores), embora grande parte das atividades extensionistas (exemplarmente das agroindústrias) não tenha a preocupação de construir propostas pedagógicas que exerçam a ruptura paradigmática necessária à relação trabalho-educação despositivizada no mundo vivencial do pequeno agricultor; b- a instância acadêmica é referência universal para o conjunto das instituições e dos extensionistas que se voltam à realidade do pequeno agricultor, embora a marca seja da diferença. Nesse sentido, é esperado (tácita e explicitadamente) da universidade a mediação comunicativa entre as diferentes instituições. Enfim, dada a atuação também com a pesquisa (assumindo a interdisciplinaridade), acaba a universidade se constituindo em promotora privilegiada da (agro)ecologia num espaço-tempo interinstitucional; c- o paradigma (agro)ecológico não apenas possibilita a despositivização na relação trabalho-educação em questão, como já é demandado por parte considerável dos pequenos agricultores junto aos extensionistas rurais (exemplarmente do CAPA e da EMATER, ambas instituições extensionistas *stricto sensu*); d- o conceito de progresso está perdendo espaço para o conceito de desenvolvimento; e- o conceito de desenvolvimento está incorporando, decisivamente, o conteúdo da (agro)ecologia; f- a incorporação do conteúdo (agro)ecológico está repondo a importância da noção de região, haja vista que o conceito (agro)ecologia significa, entre outros, a afirmação da diversidade (tanto nas instâncias da vida natural quanto nas instâncias da vida social); g- o conceito qualidade biológica superior, concebido a partir dos construtos da (agro)ecologia – na perspectiva da complexidade – passa a ser um imperativo universal (nas regiões e independente das regiões) na atual sociedade mundial. Nesse sentido, está inaugurado um promissor diálogo entre pequenos agricultores e extensionistas rurais brasileiros. É o que o depoimento sobre a relação CAPA-pequenos agricultores emblematicamente explicita e o que mais extensamente é vivido.

para que eles, junto com os outros segmentos da sociedade, participem na construção de dias melhores para todos. Esta aposta leva em conta a importância da pequena propriedade e seu potencial para contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento – um desenvolvimento sustentável e integral, que coloque o ser humano em paz com seus semelhantes e com a natureza”. (Folheto de divulgação do CAPA, s.p e s.d.).

REFERÊNCIAS

- CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. *O Recado da Terra*. Santa Cruz do Sul, n. 21, dez. 2000 e jan./fev. 2001 (Jornal).
- CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. *Folheto*. s.l. e s.d.
- CARVALHO, Isabel C. de M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- DÍAZ BORDENAVE, J.; CARVALHO, H. M. de. *Comunicação e Planejamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ETGES, Norberto J. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. *Caderno Especial RUMOS*, Brasília, n. 8, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarita. 1. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JANTSCH, Ari Paulo. *Pequeno agricultor e racionalidade educativa*. 1997. 333 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. 1997.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura*. Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável. Blumenau: Editora da Furb, 2000.
- _____. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- _____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Rio de Janeiro: Europa-América, 1981.
- _____. In: MORIN, E. e MOIGNE, J.-L. Le. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- PESANHA, José A. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. *Cadernos ANPEd*, Porto Alegre, n. 4, p. 7-36, set. 1993.
- WARDE, Mirian J. A favor da educação, contra a positividade da filosofia. *Em Aberto*, Brasília, n. 45, p. 27-33, jan./mar. 1990.
- _____. História e modernidade ou de como tudo parece em construção e já é ruína. *Cadernos ANPEd*, Porto Alegre, n. 4, p. 37-64, set. 1993.

WERTHEIN, J.; DÍAZ BORDENAVE, J. (Orgs e auts). *Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Recebido para publicação em 09/10/03

Aceito para publicação em 25/10/04